



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 26 15.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 28 de setembro de 2020

Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Anabela Milhinhos (em substituição de Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Maria da Conceição Ceia Miranda, Raúl Cordeiro (em substituição de Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Adriano Dias Pedro, Amândio José Valente e Valente, Marco Antunes (em substituição de Fernando António Rebola, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), José Manuel Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, João Manuel Ribeiro Realinho, Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Cristiana Mafalda Silveira Camejo, Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Pedro Ranheta (em substituição de Ana Catarina Vilhais, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva.-----

O presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e quinze minutos. Foi verificada a existência de quórum. Chamou para a mesa José Pinto Leite para o lugar de primeiro secretário e Anabela Milhinhos para segundo secretário.

Lembrou aos membros presentes que a Câmara Municipal de Portalegre tinha feito requerimento para inclusão de um ponto suplementar na ordem de trabalhos, o qual tinha a ver com uma repartição de encargos. A Assembleia Municipal tinha o poder de aceitar ou declinar a adição do mesmo. Foi colocado à votação e foi aceite. -----

Intervenção do público

Pedindo o uso da palavra, o gerente da firma GNL, Ld.ª recordou à presidente da Câmara que tinha adquirido o lote 334 da zona industrial para expandir o seu negócio e poder proporcionar melhores condições para os seus clientes e funcionários. Para tal foi obrigado a aceitar o regime de comunicação prévia, sem o qual a venda não seria possível. Acrescentou que, dentro do prazo legal, a mesma foi aceite pela autarquia. No entanto, face ao atual contexto social, económico e de saúde pública (Covid 19) os empresários e as empresas estão a atravessar um período de grande sacrifício para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

assegurarem a viabilidade dos seus negócios e manterem os postos de trabalho existentes. Portanto, para salvaguardar a sua equipa e manter a sustentabilidade da firma, colocou em prática um plano de recuperação estratégica.

Para poder executar o plano em causa, teve de contrair empréstimo à banca. O crédito estava parcialmente aprovado mas acabou por ficar suspenso devido ao estado de calamidade. Com aquela situação excecional, salientou que importava acautelar e antecipar as dificuldades económicas que viria a sentir.

Posto aquilo, foi ali recorrer e solicitar à presidente da Câmara Municipal uma prorrogação ou suspensão do prazo, em dois anos, a contar da data do surgimento de uma vacina para o Covid-19, de modo a que lhe fosse possível fazer face ao pagamento da taxa e subseqüente início dos trabalhos de construção.-----

A presidente da mesa, relativamente àquele assunto, disse que o prazo tinha sido prorrogado de acordo com a lei, no contexto da pandemia. Naquele caso específico, pareceu-lhe que o senhor estaria a solicitar os dois anos para o levantamento da licença. O processo ainda estaria a tramitar e encontrava-se na divisão financeira da autarquia. Teriam, pois, de analisar a questão da nova prorrogação.-----

O presidente da mesa salientou que, devido à altura que atravessavam, os municípios deviam ter mais complacência com os empresários, que necessitavam de acolhimento, relativamente ao que era a vida normal nas empresas. Obviamente que, ao município, não interessava perder empresas e era preciso encontrar soluções para se poder ultrapassar a atual conjuntura económica. -----

Período antes da ordem do dia:

Jaime Fitas perguntou à presidente da Câmara acerca da situação do cemitério da Urra se já lhe poderia adiantar alguma decisão. Relativamente à situação do Carvalho Barbudo, questionou a presidente se iriam, ou não, fazer a requalificação daquela zona, em termos do pavimento. Perguntou ainda se os vinte ou trinta metros quadrados em frente à escola primária estariam englobados. -----

A presidente da Câmara, quanto à questão do cemitério disse que o projeto estava em desenvolvimento, pelo arquiteto da autarquia. Quanto ao Carvalho Barbudo, disse que a consignação iria ser assinada na semana seguinte e a obra teria que arrancar ----- .

Moção - Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático – CDU

“O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro, em execução da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos.

Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos pelo país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e de interior, onde a freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono.

Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos.

Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor, as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, e com eleições em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão.

De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade.

Os últimos congressos da ANAFRE realizados em 2018 e 2020 colocaram como exigência a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de freguesias imposta pelo governo PSD/CDS.

O PCP já voltou a apresentar, em Dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento.

A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações.

A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática.

Assim, a AM de Portalegre reunida a 28/9/202 delibera:

1 – Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos;

2 – Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar as eleições no ato eleitoral de 2021.

Enviar para: 1.º Ministro, Grupos Parlamentares da AR, ANAFRE, ANMP e Comunicação Social.”

Moção – Salva-guardar o património da Fábrica Robinson (PCP/PEV)

“Apesar da vontade expressa dos portalegrenses em diversas iniciativas que o PEV e a CDU levaram a cabo e da Resolução da Assembleia da República N.º 70/2018 emanada da vontade conjunta de todos partidos com assento parlamentar à época, a postura de desleixe e abandono deste património classificado por parte dos conselhos de administração da Fundação e da Câmara Municipal de Portalegre, que tem sido o principal interveniente nos mesmos, reflete-se no estado em que os edifícios se encontram e mesmo na tentativa de fazer olvidar os portalegrenses da sua existência. Primeiro fechou-se o espaço,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

impedindo os portalegrenses, legítimos donos do património, de o frequentarem e agora, até esquecendo, propositadamente a comemoração do Dia Robinson, 17 de setembro, que não fora pela mão do PEV havia ficado nas brumas de uma memória passada, esquecida e desvalorizada. Mas cá estamos para combater esse esquecimento! E é isso que dizem os pendões espalhados pela cidade, desde o dia 17 de setembro: um dia aquele espaço há de ser um museu.

Para que isso aconteça, urge dar passos concretos e, dentro do espírito que tem pautado a preocupação e a luta dos Verdes e da CDU na defesa deste valiosíssimo património, continuaremos empenhados, sem dar tréguas, em pressionar as mais diversas entidades, com o objetivo de ver o espaço musealizado. Foi publicado no dia 9 de julho de 2020 na 2ª série do Diário da República, o anúncio n.º 158/2020 da Direção-Geral do Património Cultural, em que se pode ler que foi determinada a abertura do procedimento de alteração da classificação de conjunto de interesse público e zona especial de proteção do conjunto constituído pela Igreja e antigo Convento de São Francisco e Fábrica Robinson de forma a abranger todas as estruturas fabris, incluindo o património móvel integrado, ou seja, todos os edifícios e todo o espólio da indústria corticeira (mais de 700 máquinas, fotografias e outros documentos).

A CDU congratula-se com este anúncio, e tem bons motivos para isso, porque foi o requerimento assinado pelos 40 cidadãos portalegrenses - um por cada um dos metros de altura da chaminé da Fábrica Robinson que deitava fumo branco - entregue na Direção-Geral do Património Cultural, em 24 de junho de 2019, que desencadeou o processo de classificação do património móvel integrado no conjunto da Fábrica Robinson.

Portalegre deve lutar pela valorização da memória do passado das suas gentes e ter orgulho nas suas raízes de cidade industrial.

Este foi mais um passinho, mas o espaço está desprotegido e é necessário avançar de forma célere.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em 28 de setembro de 2020:

- reconhece que a memória da Fábrica da Rolha deve ser uma memória com futuro, uma memória que esteja muito bem preservada num museu “in loco”, onde a vida dos operários que de lá retiraram o seu sustento e que lutaram para dar a Portalegre o título de cidade marco da indústria corticeira seja bem presente;
- expressa preocupação pelo caminho de esquecimento, abandono e destruição a que tem sido votada pelas entidades que a deviam proteger;
- diligência no sentido de, com a maior brevidade possível, levar o Espaço Robinson a uma abertura das portas aos representantes dos grupos parlamentares da Assembleia Municipal, aos vereadores eleitos, aos técnicos do Município e a um representante da DGCP, de forma a que seja feita uma vistoria ao local e elaborada uma listagem das principais obras a realizar com urgência para evitar maior degradação do espaço e preservar a maquinaria e outro espólio que ali se encontra e, que, até que essas pequenas obras se concluam, o local seja protegido e os seus acessos controlados.”

João Meira disse que o grupo municipal do Partido Socialista teria todas as condições para se rever naquela moção, inclusivamente pelas diversas vezes que manifestaram o seu comprometimento com a defesa do património material e imaterial, com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

memória que marcava a cidade e dezenas de netos e filhos dos operários da Robinson e que era, claramente, algo indelével e que o PS não poderia deixar de fazer acreditar aquilo que era a sua estrutura e a sua composição na cidade. No entanto, tudo aquilo caía por terra quando, uma vez mais, por questões ideológicas e de agenda política se lia a seguinte frase: “Um futuro risonho para esta urbe não passa por querer transformar a Robinson em Hotel de cinco estrelas, passa por querer ter um museu industrial único no mundo.”

Perante tal afirmação, desafiavam o Partido Ecologista “Os Verdes” e a CDU a que pudessem, talvez num futuro longínquo, pudessem espalhar cartazes onde dissessem “Museu sim! Hotel sim!”.

Salientou que o grupo do PS defenderia sempre o património que deveria ser preservado na Robinson e na fábrica, mas nunca se iria opor a um investimento privado que viabilizasse aquele património e rentabilizasse o espaço, em pleno coração da cidade.-----

Declaração Política - “Democratização” das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) Mistificação e logro – (PCP/PEV)

“1. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal de Portalegre, consideram que o prosseguimento do processo de “eleição” do presidente e vice-presidente da CCDR decorrente do acordo entre PS e PSD em 2018 mistificando conceitos, constitui um logro apresentando a desconcentração como sinónimo de descentralização, iludindo a natureza distinta entre ambas e procurando em soluções desconcentradas um fator de redução da exigência de uma efetiva descentralização, adiando mais uma vez a Regionalização.

2. Inserindo-se na linha do adiamento (que perdura há mais de 40 anos) de dar corpo ao texto Constitucional, PS e PSD e CDS recusaram a proposta do PCP, apresentada sucessivamente na Assembleia da República com vista ao lançamento do processo de Regionalização - o pilar que falta ao poder local – para um real e efetivo poder regional.

Com efeito e independentemente dos putativos candidatos a presidente e vice-presidente, o processo em curso ilude o facto da CCDR, se manter como uma estrutura de poder desconcentrada do Estado, sob o comando, as orientações e as opções do governo central e que não é, nem pode ser uma autarquia, porquanto constitui uma mera estrutura da Administração Central.

Nesse sentido os eleitos da CDU consideram que constitui uma ilusão - propositadamente construída por PS e PSD – a ideia que a “eleição” para uma parte da direção alteraria a natureza e conferiria legitimidade democrática a esta estrutura desconcentrada do Estado.

3. Os eleitos da CDU consideram que, sem prejuízo do exercício do direito do voto por parte dos eleitos que integram os diversos colégios eleitorais, a questão que está colocada é a de não se credibilizar o logro com o voto num ou noutro dos putativos candidatos, votando em branco.

4. Reforçando a necessidade de serem assegurados e não desviados os fundos comunitários indispensáveis ao investimento na Região, bem com a elaboração de um Plano de Apoio à Base Económica e de um programa de infraestruturas públicas para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

o Alentejo, considerando como áreas nucleares os recursos hídricos, a mobilidade, a saúde, a energia, as conectividades, o acolhimento empresarial e aposta na base Económica regional condições inseparáveis para um desenvolvimento sustentável, os eleitos da CDU denunciam o falso processo de descentralização em curso e sublinham a necessidade do prosseguimento da luta pela Regionalização e apelam ao conjunto dos eleitos da CDU para que prossigam o seu trabalho em prol dos trabalhadores e das populações, exigindo do poder central e das suas estruturas desconcentradas um efetivo apoio à região, não discriminando, nem governamentalizando os meios quer do Estado, quer os fundos oriundos da União Europeia e dotando o poder local democrático das condições para a melhoria da qualidade de vida das populações.”

Luís Carvalho disse que o CLIP considerava o momento muito importante para reforçar competências e legitimidade de decisão, por parte da CCDR. A representatividade daquele órgão deveria sair melhorada, assim como o seu poder de decisão nas regiões.

Na sua opinião, havia dois aspetos naquele processo que mereciam alguma reflexão; um tinha a ver com a constituição do colégio eleitoral, o qual se cingia apenas aos autarcas. No fundo, se queriam que a CCDR tivesse um papel, não só ao nível da distribuição dos fundos comunitários, mas também ao nível da definição das estratégias dos projetos estruturantes, com uma política regional, teria de ser constituído o colégio eleitoral, como forças vivas da região.

Portanto, muito do que era a experiência do concelho regional, onde estavam as instituições representativas do tecido empresarial, as quais eram beneficiários finais dos fundos, tinham um papel ativo na prossecução das políticas públicas. Sendo que a ampliação do colégio eleitoral, não se cingindo apenas aos autarcas, poderia ter reflexão no futuro.

Outro dos aspetos tinha a ver com a questão da necessidade de existir uma percentagem para a subscrição duma candidatura. Parecia-lhe ser limitativa a questão das candidaturas independentes e suprapartidárias que, de algum modo, representassem não apenas aquilo que era uma representação da administração central, mas sobretudo que emergissem da sociedade civil alentejana e que pudessem contribuir para um papel mais ativo para a região.

Em conclusão, disse que, no caso de haver uma reflexão sobre o processo, deveriam ser acauteladas aquelas reflexões. -----

O presidente da mesa esperava que a próxima reflexão fosse o voto plebiscito universal. -----

Hugo Capote propôs a retirada da frase onde era mencionado “Hotel” da proposta referente à Robinson. À CDU não lhe fazia diferença que lá estivesse, ou não, colocada. O importante era que a Assembleia e a Câmara Municipal pudessem ir ao local e verificar como estava o espaço e o património que, no fundo, era de Portalegre e perceber o que era possível fazer. O que a CDU pretendia era que a Assembleia Municipal, perante o abandono de todo aquele espólio e de todo o espaço, pudesse fazer uma intervenção, a bem de tudo aquilo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Luís Carvalho disse que a CLIP se congratulava com o facto do presidente daquela Assembleia Municipal ter a responsabilidade de presidir à comissão de acompanhamento de resposta à pandemia e à recuperação económica e social e desejou-lhe um bom trabalho e que, junto dos seus pares e da articulação que teriam de fazer com o governo, tivesse a preocupação com aquilo que eram as necessidades do distrito de Portalegre. -----

O presidente da mesa agradeceu as palavras e referiu que já tentava exercer o melhor possível a magistratura de influências que também cabia aos deputados parlamentares, a favor da sua região. Relativamente à comissão disse que o que se adivinhava eram longas horas de reuniões. Esperava que, fosse através do PRR ou de outros instrumentos, as políticas instrumentais para os próximos tempos pudessem dar frutos a todo o território. -----

Ordem do dia:

1 – Informação da presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

João Meira, relativamente à composição e à estrutura do relatório, disse que reconheciam algumas melhorias no mesmo, depois de tantas vezes terem referido que faltava o detalhe.

Em nome do grupo municipal do PS mostrou total solidariedade com o crescente número de casos de Covid-19 que o concelho tinha vivido, nos últimos dias e deixaram também a confiança total para com as instituições de saúde e para com o espírito cívico dos portalegrenses. Congratulou ainda o presidente da mesa por, uma vez mais, em boa hora, manter vivas as instituições democráticas, como era o exemplo daquela reunião da Assembleia Municipal.

No âmbito do relatório foi feita uma afirmação que lhe causou preocupação, face ao mau estar que se tem vindo a notar na sociedade civil, na última semana e meia. Na página seis, a presidente da autarquia disse o seguinte: “Foram realizadas diversas reuniões com os diretores dos agrupamentos de escolas e com os SMAT, relativamente aos horários dos transportes da rede pública.”; salientou que os portalegrenses sentiam na pele aquelas decisões que a presidente tomava e aquela era, claramente, uma que muitos pais dos alunos sentiram de pior forma.

Perguntou à presidente da Câmara como é que um pai de um jovem que vivesse no Bairro dos Assentos ou no Bairro da Ratinha e que iniciasse as aulas na Escola José Régio às nove da manhã, conseguiria estar às oito da manhã na escola se o autocarro iniciava a jornada, na Ratinha, às oito e cinco da manhã. Certamente chegava vinte e cinco minutos atrasado;

Perguntou também como é que um jovem que vivesse nas freguesias do Reguengo, São Julião, Alegrete e Urra iria participar no turno da tarde das suas aulas, das doze e quarenta ou das catorze e trinta, se o único autocarro de que dispunha iniciava a jornada às seis da manhã. Onde é que aqueles jovens ficavam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da autarquia disse ter ajustado a rede. Contudo, lembrou o facto daquela Assembleia se ter debatido ali durante dois anos e terem aprovado uma moção setorial, por unanimidade, para voltarem a ter a carreira junto à escola secundária de S. Lourenço, mas que, para espanto de todos, quando pegaram no horário dos SMAT, a mesma não constava. Questionou a presidente da Câmara se os jovens e a comunidade educativa da Escola de S. Lourenço eram mais ou menos do que os restantes.

Por último, manifestou a preocupação do grupo municipal do PS, relativamente à forma oportunista como a rede nacional de expressos tinha aproveitado o período do confinamento para suprimir carreiras, reduzir horários e deixar dezenas de jovens, e não só, impedidos de regressarem à terra, nos fins de semana.

Sugeriu que a autarca exercesse a sua magistratura de influência, junto da Rede Nacional de Expressos e da Rodoviária do Alentejo para que, de uma vez por todas, a centralidade do distrito fosse assegurada. -----

A presidente da Câmara disse que os SMAT tinham estado a fazer todos os esforços para dar resposta a todas as solicitações. Mais referiu que, até ao momento, não tinha chegado à Câmara nenhuma reclamação. No entanto, estavam abertos para adaptar os horários áquilo que eram as necessidades.

Os SMAT faziam um esforço enorme porque além de terem adquirido mais autocarros e motoristas, estavam ainda a adaptar-se a uma realidade que não era normal.

Acrescentou que havia escolas com horários completamente díspares, umas das outras. Portanto era muito difícil estar a dar resposta a todas as solicitações. Tentaram uniformizar toda a conjuntura necessária para poder dar certo. -----

Hugo Capote perguntou à presidente se a autarquia tinha contribuído, de alguma forma direta ou indireta, para que o Tribunal de Portalegre fosse, finalmente, reabilitado.

Mais perguntou o que é que tinha sido feito, passado já um ano desde o acidente fatal, para se resolver o problema do trânsito junto à escola Mouzinho da Silveira.

Questionou o porquê de os semáforos, juntos à escola Cristóvão Falcão, tinham estado a funcionar durante todo o Verão e precisamente na semana do recomeço das aulas estavam em contínuo piscar amarelo.

Mais perguntou à presidente qual a posição que tinha a CLIP nas futuras eleições da CCDR.

Por fim, relativamente ao grave problema da Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, realçou que, pela boca dos próprios doentes da instituição, lhe chegou aos ouvidos a falta de condições higiénico sanitárias que a Santa Casa oferecia aos seus utentes. Perante tal, apelou à presidente da Câmara, dentro da sua influência, para que apelasse à resolução daqueles sérios problemas. -----

A presidente da Câmara, relativamente à questão da Santa Casa da Misericórdia de Portalegre, disse estar a acompanhar a par e passo, juntamente com outras entidades, o que estava a acontecer. Estavam entidades externas a fazer levantamentos e teriam de aguardar os resultados.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Quanto ao projeto do Tribunal, referiu que teve reuniões com os responsáveis e que o projeto estava feito e aprovado e, portanto, restava iniciar. Da parte da Câmara estava tudo pronto.

Relativamente aos semáforos do Bonfim disse que tiveram uma avaria naquela semana, mas estava a ser resolvida.

Quanto à questão do IP2, lembrou que antes da pandemia, tinha estado com o ministro das infraestruturas e que lhe foi dito que iriam começar com o projeto. Acrescentou que no dia anterior foi informada que o mesmo estava já em desenvolvimento. Solicitou outra reunião e comunicaram-lhe que os consultores de engenharia e arquitetura estavam a desenvolver, para as Infraestruturas de Portugal, o projeto do IP2 Portalegre/Évora/Estremoz, assim como a reformulação do entroncamento da EN 246, num troço da IP2, que atravessava as freguesias da Sé e S. Lourenço.-----

Hugo Capote perguntou quem é que tinha sido a entidade responsável pelo começo da obra do Tribunal. -----

A presidente da Câmara disse que a entidade responsável pela obra era o Instituto de Gestão Financeira da Justiça.-----

Carla Mocito, relativamente ao relatório da atividade municipal, disse que na página número quatro, ponto dois, leu, a determinada altura: "...medida municipal extraordinária de apoio ao movimento associativo, cultural e desportivo.", perante tal afirmação, perguntou à presidente da autarquia qual o tipo de apoio foi dado às referidas entidades.-----

A Presidente da Câmara referiu que foi um apoio extraordinário, no âmbito da pandemia, destinado ao funcionamento das coletividades. No período de emergência do Covid 19, todos sabiam que as coletividades estiveram em dificuldades. Em reunião do executivo deliberaram que, durante os meses de março, abril e maio, fosse atribuído um subsídio, de acordo com as despesas das diversas entidades.-----

Carla Mocito, referiu que tiveram conhecimento de que foram pedidos uma série de documentos a associações culturais e desportivas. Os documentos foram apresentados. Contudo, até ao momento, nenhuma daquelas associações tinha recebido qualquer tipo de apoio. Havendo um excedente orçamental, não percebiam porque é que o apoio tardava em chegar. -----

A presidente da Câmara referiu que para o dinheiro passar para as associações tinha de ser estabelecido um contrato programa para cada uma das associações. -----

O presidente da mesa, ainda relativamente ao processo de adjudicação do IP2, disse que o mesmo já tinha sido adjudicado à empresa TPF – consultores de engenharia, no dia oito de julho. -----

João Meira perguntou à presidente da Câmara se podia indicar os montantes transferidos ao abrigo dos contratos programa já assinados. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara disse que ainda não tinham sido transferidos. Os contratos em questão tinham de ir, uma a um, à reunião de Câmara. -----

Rosário Narciso questionou, pela terceira vez, a autarca acerca de quando começariam a arranjar as barreiras que estavam entre a escola José Régio e as Carvalhinhas, porque o passeio continuava cortado e os alunos continuavam a circular, obrigatoriamente, na estrada.

Mais referiu que tinha conhecimento da Câmara ter oferecido os livros de atividades aos alunos do primeiro ciclo, mas assim não foi para os do segundo e terceiro ciclo. Saliu o facto de haver muitos alunos carenciados que iram passar o ano inteiro sem fazer os trabalhos porque os pais não tinham possibilidade financeira para tal. Na altura que se atravessava, a autarquia talvez tivesse a obrigação moral de os oferecer a quem mais precisava. -----

A presidente da Câmara disse que tinha sido lançado o concurso para arranjar as referidas barreiras, já por duas vezes, e ficou deserto. Tinha sido lançado novamente. Quanto aos cadernos disse que não era competência das Câmaras mas sim do Ministério da Educação. -----

Jaime Fitas perguntou à presidente se o programa de apoio às associações e coletividades também tinha abrangido as das freguesias rurais. -----

A presidente da Câmara disse que tinha sido enviado para todas as associações e coletividades do concelho. -----

Luís Carvalho congratulou-se com o facto de, antes do início do ano letivo, terem tido um conjunto de intervenções para melhorias no parque edificado, nomeadamente na escola básica dos Assentos, do Atalaião e do Monte Carvalho, assim como a integração de espaços de jogos e recreio nos Fortios e Alegrete.

Questionou acerca da escola básica Cristóvão Falcão, para se saber que desenvolvimentos tinha havido ultimamente.

Em segundo lugar, relativamente à escola EB 2/3 José Régio, a qual integrava o processo de remoção do fibrocimento, gostaria de saber até que ponto o município, em articulação com o Ministério, não deveria sinalizar aquele estabelecimento como uma das escolas prioritárias, em termos duma intervenção rápida.

Sublinhou que, no próximo período de programação de apoios comunitários, as intervenções nas escolas dificilmente teriam mais fontes de financiamento, para aquele tipo de intervenções. -----

A presidente da Câmara, relativamente às questões das fichas de segundo e terceiro ciclo, disse que os jovens e crianças carenciados eram abrangidas, ou pelo escalão A, ou pelo B e tinham direito às fichas.

Quanto à escola Cristóvão Falcão, salientou que tinha ido para reprogramação, na CCDR e sabia, informalmente, que já tinha sido aceite por Bruxelas e que iria ter aval, ainda no decorrer da próxima semana. Posteriormente seria assinado o protocolo com o Ministério da Educação e em que o município se comprometeria a colocar sete e meio por cento, dos quinze e meio por cento, da contrapartida nacional.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em relação à escola José Régio, referiu que ia ali à Assembleia, no âmbito da revisão, a introdução de uma rubrica que tinha a ver com a remoção do fibrocimento. Na vertente da requalificação daquela escola, sublinhou que estava inscrita, desde dois mil e onze, para ser prioritária no procedimento em causa. O valor estimado, na altura, orçava em cerca de seis milhões de euros. Obviamente que os valores teriam de ser revistos e o que estava definido era que iam requalificar a escola Cristóvão Falcão e que, mais tarde se faria o mesmo à escola José Régio.-----

Hugo Capote disse que a presidente da autarquia se tinha esquecido de mencionar qual a posição que iria ter face à votação para o presidente da CCDR.-----

A presidente disse que o voto era secreto. -----

Diogo Júlio, quanto á questão da insolvência da Robinson e dos créditos em dívida aos vários credores, voltou a perguntar à presidente da Câmara se já tinha comunicado ao gestor de insolvência que a Câmara não iria adquirir o edifício, de modo a que as coisas pudessem ser aceleradas, no sentido de quem tinha a haver crédito.-----

A presidente da Câmara sublinhou o facto de a Câmara já ter dito que iriam adquirir o edifício por detrás da Cáritas.-----

O presidente da mesa esclareceu que uma coisa era o edifício que ainda era propriedade da massa insolvente da Sociedade Corticeira Robinson e que a Câmara já tinha deliberado a sua aquisição; outra coisa era a anulação de uma deliberação de aquisição dum imóvel, não à massa falida da Sociedade Corticeira Robinson, mas sim à Fundação Robinson, que estava ali presente a reversão para apreciação.-----

2 – Ata n.º 25, relativa à reunião ordinária realizada em 26 de junho de 2020;

Não houve intervenções.-----

3 – Repartição de despesas em mais de um ano económico;

- Deliberação da CMP de 15.07.2020 -

O vereador João Cardoso disse que aquele procedimento já tinha sido aprovado em reunião do executivo e o que ali se discutia era a questão da plurianualidade e a substituição da iluminação pública para led, em todo o concelho, através de um concurso internacional.-----

Luís Carvalho congratulou-se com a opção feita pelo município quanto ao contrato energético. No fundo, estava ali em causa um investimento avultado, mas em que o município ficaria sem qualquer encargo, tanto em termos de investimento como de manutenção. Sublinhou também que quando terminasse o contrato, todo o equipamento ficaria na posse da autarquia. O procedimento contribuirá para reduzir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

substancialmente as despesas com energia e garantir um serviço de maior qualidade, no curto prazo. -----

Hugo Capote disse esperar que aquela redução da fatura energética paga pelo município se refletisse nos bolsos dos portalegrenses. -----

4 – Anulação da deliberação de aquisição do imóvel da Fundação Robinson, de 23.10.2019;

- Deliberação da CMP de 22.07.2020 -

A presidente da Câmara disse que o assunto tinha a ver com a anulação da intenção de compra do edifício à Fundação Robinson. -----

Hugo Capote disse que, depois de tudo aquilo que se tinha passado na última Assembleia, com a discussão aprofundada daquele ponto, a presidente da Câmara deveria ali explicar porque é que ia fazer aquela reversão. Acrescentou que estava nas atas a intenção ou o propósito de adquirir o imóvel manter-se-ia, estando sanadas as desconformidades que tinham a ver com o funcionamento dos órgãos da Fundação Robinson. Posto aquilo, perguntou qual era a atual estratégia do executivo. -----

Joaquim Barbas lembrou que o grupo do PSD tinha votado contra aquela aquisição. No entanto, não foi contra o Hotel ou contra uma possível residência para estudantes, o PSD era a favor da utilização do edifício e da moção relativa à parte museológica, que ali foi apresentada. Contudo, sublinhou que havia instituições democráticas e o sistema tinha de funcionar. Não se podia alterar o sistema.

Perante tal, era tempo de partirem para o diálogo e convergência de atitudes, para tentarem, de uma vez por todas, resolver aquela situação da Robinson e de tudo o que lá estava. -----

A presidente da Câmara referiu que não tinha havido aval, por parte do Tribunal de Contas, a quem tinham pedido o visto prévio para aquela matéria. Portanto, qualquer deliberação não executada tinha de ser, obviamente, anulada.

Mais disse que já tinha sido deliberado, quer na reunião de Câmara, quer em Assembleia, o reconhecimento de uma dívida da Câmara perante a Fundação Robinson, a qual tinha resultado da consolidação de contas entre todas as entidades do perímetro do município. Salientou que a dívida não foi paga na altura porque o município de Portalegre estava em saneamento financeiro. Como era sabido, só em dois mil e dezoito é que a autarquia saiu do saneamento financeiro.

Atualmente, estavam a trabalhar com o Tribunal de Contas para que analisasse a situação. -----

Hugo Capote disse não ter feito nenhuma pergunta à presidente sobre a Fundação Robinson. Registou que, apesar de ter sido aprovado o reconhecimento daquela dívida, ainda não tinham sido pagos os salários em atraso aos funcionários da Fundação, nem mesmo a luz. Contudo, andavam a apregoar roteiros a patrimónios turísticos e estava um museu fechado na cidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Referiu que, conforme a moção da CDU provava, o que pretendiam era o espaço Robinson aberto e disponível, fosse com um hotel, fosse com um museu, ou residência de estudantes. No entanto, o que se percebia ali era que a estratégia da presidente, conjuntamente com o PS, tinha caído.

Perguntou à presidente o que tinha planeado para o espaço Robinson.-----

A presidente da Câmara disse que já ali tinha sido apresentada uma estratégia para o espaço Robinson, em documento escrito, onde estava espelhado o que se pretendia para o espaço Robinson, não para a Fundação Robinson.-----

Raúl Cordeiro lembrou que quando aquela questão tinha sido aprovada em sede de Assembleia Municipal, com o apoio do PS, a presidente da Câmara apressou-se a dizer que iriam tentar sanar as questões colocadas pelo Tribunal de Contas, voltando, posteriormente com o tema, como proposta da Câmara.

A questão de anular a deliberação era uma questão administrativa, a presidente da Câmara poderia ressuscitá-la novamente, se assim o entendesse.

Gostaria de saber se a presidente iria, outra vez, apresentar uma deliberação, ou não.-

Hugo Capote disse já terem percebido que a estratégia apresentada tinha tido o aval e que tinha passado. A estratégia tinha passado e o elemento estruturante da mesma era a aquisição do imóvel pela Câmara à Fundação. Houve recusa do visto prévio e, atualmente, a deliberação da anulação. No entanto, perguntou à presidente, visto que a estratégia continuava a ser a mesma, como é que a ia desenvolver. -----

Marco Antunes disse que o PSD já tinha alertado para o que ia acontecer e que muito possivelmente aquela aquisição iria esbarrar no TC. Na realidade, estava-se a prejudicar Portalegre, bem como a dinamização do espaço Robinson.

Perguntou à presidente da Câmara se tinha a noção de que aqueles atrasos, provavelmente, já teriam impossibilitado o projeto existente e o interesse do investidor (Vila Galé) seguir em frente com o mesmo.

Referiu também que a dívida que a autarquia tinha para com a Fundação poderia ser alocada ao pagamento, em parte, e resolvendo a situação dos funcionários, que até já tinham rescindido os contratos, exceto uma pessoa que se manteve.-----

Raúl Cordeiro disse que o TC, ao pronunciar-se contra, era preciso encontrar-se estratégias para atender às recomendações do mesmo.

Sublinhou que a presidente se tinha comprometido, na altura, a encontrar uma solução. Portanto, era preciso saber se a estratégia era sanar as dificuldades ou não.-

A presidente da Câmara, quanto à questão da Fundação Robinson, disse ter havido um chumbo do TC no visto prévio e, portanto, dificilmente passaria. Para tal, teria de haver uma grande alteração em várias situações.

No entanto, estavam a trabalhar, quer com o Revive, quer com o próprio TC, no reconhecimento da dívida do município à fundação. Aquela era outra estratégia para chegar ao mesmo objetivo: dinamização da espaço, era um Museu, era um Hotel, era um espaço de cultura e/ou de residência, e o que ficasse ali decidido.

Em conclusão, o caminho era outro, mas era o mesmo objetivo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote disse que, se por um lado a Câmara estava a trabalhar com o Revive e o TC para a resolução do imóvel, perguntou porque é que a Fundação Robinson não tinha os órgãos a funcionar. Se a estratégia da autarca passava por continuar a ter a Fundação Robinson naquele espaço, porque é que não nomeava os órgãos dirigentes da mesma. -----

A presidente da Câmara disse ser impossível o município, atualmente, passar dinheiro para a Fundação Robinson, do ponto de vista legal. Se tal fosse possível, com certeza já teria resolvido a questão dos vencimentos.

Portanto, tentava-se dar um passo, todos os dias, na tentativa da resolução daquelas questões.

Sublinhou o facto de não ser nada agradável uma presidente de Câmara saber que tinha responsabilidades numa fundação e não poder resolver, legalmente, as questões da forma como gostaria. -----

Hugo Capote disse que, afinal, a estratégia passava pela internalização da Fundação Robinson na Câmara Municipal de Portalegre. Pelo que percebeu, acabava-se com a fundação porque não sendo possível transferir verbas para a mesma e não tendo a fundação receitas próprias, então não havia viabilidade no futuro.

Mais referiu que aquela era uma das questões mais importantes dos últimos dez anos do município de Portalegre – a decisão da internalização da Fundação Robinson.

Portanto, perguntou à presidente da Câmara, visto que ainda não tinha tomado tal decisão, como é que iria gerir o espaço Robinson. -----

Ricardo Romão disse que o problema da Fundação Robinson era um problema que os assolava a todos e que tinha responsáveis que presentemente tinham responsabilidades e outros que já tiveram responsabilidades e, portanto, era um problema que sistematicamente era ali discutido. Não era só naquele ponto que aquilo se discutiu. Houve já uma moção sobre aquilo, anteriormente, e, se calhar, durante aquela Assembleia iria haver mais questões.

De facto, lembrou já ter havido uma apresentação duma estratégia para a Fundação, há mais de um ano atrás, naquela Assembleia. Naquela altura, houve sempre uma conversa vaga daquilo que poderia ser feito pela Câmara, pelo executivo e pela própria Fundação mas, raramente, tiveram propostas daquilo que deveria ser feito. Era muito fácil dizer: “Nós vamos criar um museu!”; Mas nunca ninguém tinha dito como. Toda a gente dizia que havia salários para pagar, mas não disseram como é que se conseguia obter o dinheiro para aqueles salários.

Portanto, na sua opinião, se aquela discussão fosse totalmente estéril, mais uma vez, já podiam pensar que houve ali uma coisa diferente, que foi ter sido assumido que a questão do Hotel poderia ser removido do texto e, eventualmente, também se poderiam remover as faixas que existiam na cidade e, portanto, assumiam que a questão do Hotel e da eventualidade do programa Revive poder ser uma realidade já a CDU poderia juntar-se àquele processo.

De resto, muito pouco se poderia acrescentar àquilo que era a discussão sistemática, sobre os problemas da Fundação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote disse que, no fundo, a presidente da Câmara não conseguia responder adequadamente às questões e foi preciso o responsável da bancada da CLIP pôr-se à frente. Sublinhou que a presidente da autarquia não tinha estratégia nenhuma. A estratégia caiu com o relatório do TC.

Lembrou que a CDU esteve disponível, desde sempre, para a resolução da Fundação Robinson, mas tinham de ser convocados para tal e terem uma relação de confiança e de diálogo para tal. A CDU não tinha as condições, nem as competências para resolver os problemas da sociedade. Foram sim eleitos para fiscalizar a atividade da Câmara de Portalegre.

Em conclusão, a presidente não tinha decidido a internalização e também não sabia como acabar a Fundação Robinson. Provavelmente restava aguardar até que as chaminés caíssem e a comunicação social viesse perguntar ao município como foi possível um património como aquele, chegar a tal ponto. -----

A presidente da Câmara salientou que, apesar da insistência da CDU naquele assunto, as ideias não foram nenhuma. -----

Rosário Narciso, relativamente ao que foi dito pelo membro Ricardo Romão, disse que se podia retirar da moção a palavra "Hotel", porque tanto os "Verdes" como a CDU não tinham dito não poder haver um Hotel. O que disseram foi que tinham de começar pelo Museu. O facto de se ter ali dito que não queriam nenhum Museu, considerou que seria desrespeitar a vontade dos portalegrenses. Portanto, com Hotel ou sem Hotel, o Museu teria de lá estar, de forma a representar o passado industrial e vidas inteiras de trabalho das gentes de Portalegre.

Na sua opinião, primeiro seria o Museu e depois o Hotel, se fizer falta para rentabilizar o espaço. -----

José Pinto Leite disse que o espaço em causa era a maior zona de regeneração da cidade e seria espaço para desenvolver durante décadas. Portanto, teriam de ter uma estratégia mais bem conseguida.

Parecia-lhe, contudo, estarem a chegar à conclusão de que tinham de ter Museu, Hotel, residências, etc. -----

Diogo Júlio disse que tinha sido membro, durante alguns anos, do conselho de administração da Fundação Robinson e conhecia os funcionários que estavam atualmente sem salários, assim como conhecia os cento e catorze trabalhadores que, há quinze anos, ficaram sem emprego, sem ordenados, e que continuavam sem ser ressarcidos.

Portanto, entendia que os compromissos deviam ser honrados, tentando pagar o que se devia.

Por último, chamou a atenção para aquele que sempre foi o problema da Fundação Robinson: Nunca ninguém quis discutir aquela fundação e atiravam para a própria os erros e os males que a Câmara sempre teve e que continuava a ter. O problema sempre esteve na Câmara Municipal e não na fundação.

Em conclusão, salientou que se continuassem a fingir que não havia um problema de desenvolvimento da cidade e se continuassem a apontar o dedo, afirmando que ninguém propunha nada, as soluções ficariam na gaveta. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão esclareceu que a CLIP, na proposta ali apresentada, sempre contemplou a questão da salvaguarda da museologia no espaço Robinson. Por outro lado, perguntou se a CDU assumia retirar as faixas com as atuais inscrições, ou não.-----

Rosário Narciso disse que as faixas faziam falta, para lembrar a todos que o espaço teria de ser um Museu. Relembrou que os “Verdes” tinham ali pedido, há um ano, uma reunião entre todas as forças vivas da cidade, mas que nunca chegou a ser marcada. O contributo do PCP/PEV seria sempre dado, quando necessário.-----

Raúl Cordeiro referiu que o consenso estava mais que visto e seria: Museu sim! Hotel sim! Aquela Câmara, não!-----

A presidente da Câmara disse que, no programa Revive estavam as duas situações em simultâneo, além de outras.-----

5 – Pacto de autarcas para o clima e energia - EUROPA;

- Deliberação da CMP de 19.08.2020 -

A presidente da câmara disse tratar-se de um pacto de autarcas, em que se comprometeram a estabelecer metas para minimizar as emissões de dióxido de carbono, acatando alguns objetivos, para além do ano em curso.-----

Rosário Narciso disse que a CDU considerava a adesão do município de Portalegre ao pacto de autarcas para o clima e energia de extrema importância.

Sublinhou que as alterações climáticas eram dos maiores problemas que se enfrentavam atualmente e tinham de se exigir respostas concretas e transversais, que tivessem em conta a mitigação das alterações climáticas, a adaptação às mesmas e o uso de energia sustentada.

Relativamente à redução das emissões de gases com efeito de estufa, reforçou a necessidade de apostar na descarbonização e na mobilidade coletiva. Era importante que o município apostasse em mais transportes coletivos, de cariz menos poluente.

As estratégias tinham de ser mudadas e também era preciso que se apostasse menos nas provas desportivas motorizadas.

Acrescentou que os objetivos daquele plano deveriam ter reflexo nos vários projetos que o executivo viesse a implementar em todas áreas. Se havia objetivos e preocupações em relação às alterações climáticas, não poderia haver propostas que as ignorassem.

Sublinhou que a salvaguarda dos espaços verdes e dos arvoredos surgiam como uma ação importante, tendo em conta a amenização climática e a melhoria da qualidade do ar. Para que tal acontecesse era fundamental que a autarquia apostasse na plantação de novas árvores autóctones nos jardins públicos e nos outros espaços e que cuidasse das árvores existentes. Também os gastos da água deveriam ser reduzidos, apostando nas regas e lavagens com águas recicladas ou pluviais.

Relativamente ao plano de ação, era importante que fosse feito um diagnóstico da situação atual e que as linhas estratégicas de intervenção fossem adequadas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ajustadas sempre que necessário. O desenho das mesmas deveria ser o mais participativo possível e o PCP/PEV estaria disposto a colaborar na sua redação.

Quanto às recomendações que resultaram da análise da proposta, disse ser fundamental que a Câmara Municipal de Portalegre desse conhecimento àquela Assembleia, periodicamente, da concretização do plano e da monitorização do desempenho ambiental da cidade.

Em conclusão, disse que para lidar com as alterações climáticas não bastavam boas intenções plasmadas num papel. Era preciso agir quanto antes e Portalegre tinha de saber responder àquele desafio. -----

João Meira disse que o grupo municipal do PS não poderia estar mais satisfeito com a adesão à promoção do desenvolvimento sustentável. Contudo, era preciso que a presidente da Câmara esclarecesse ali algumas questões, nomeadamente o primeiro compromisso daquele pacto: redução das emissões de Co2 em quarenta por cento, em todos os municípios aderentes, até dois mil e trinta.

Perguntou o que é que a presidente tinha levado em linha de conta, no momento de adesão àquele pacto e que medidas pretendia promover para concorrer ao mesmo. ----

A presidente da Câmara esclareceu que ao aderirem ao pacto, uma das medidas que eram obrigados a fazer seria um levantamento do território, relativamente ao que eram as transmissões de Co2. Uma coisa era ter-se um conhecimento empírico, outra era o conhecimento, de facto, sobre as coisas, o que considerou crucial. A partir dali, a estratégia seria delineada, nos vários setores, mas numa base científica. -----

Hugo Capote perguntou à presidente da Câmara se aquela estratégia a delinear não iria contra a estratégia de ampliação da zona industrial e a captação de novos investimentos para a indústria.-----

A presidente da Câmara respondeu que não. O desenvolvimento pode e deve estar conciliado com o ambiente. No entanto, são necessárias normas e regras que mantivessem a qualidade do ar e Portalegre tinha uma qualidade invejável.

Era preciso continuar a apostar na captação de investimento, no emprego, porque, assim, o território tinha pessoas. -----

Luís Carvalho congratulou-se com a adesão do município àquele pacto, contribuindo-se assim para atingir as metas nacionais e internacionais de descarbonização, em termos energéticos.

Gostaria que o instrumento que ia ser construído fosse articulado com o plano intermunicipal de adaptação e mitigação às alterações climáticas tivesse um programa de ação virado para cada um dos municípios e que houvesse também articulação do programa de ação com o que pudesse vir a ser o plano de ação no âmbito daquele pacto dos autarcas.

Sublinhou que mais de um terço do investimento, no país, seria para a adaptação às alterações climáticas e redução das emissões de Co2.

Aquilo que se pedia à administração pública também era pedido ao tecido empresarial, ou melhor, a preocupação com a redução das emissões e do consumo energético,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

esperando que, independentemente da autarquia conseguir, ou não, atrair mais empresas, que fossem cumpridas as obrigações legais, que o governo preconizava.----

O presidente da mesa disse que quem propunha aquilo não sabia do que estava a falar. Tanto o município de Portalegre como os restantes estavam, provavelmente, a aderir ao pacto, com boas intenções, num propósito coletivo de se salvar o planeta. Sublinhou que os estados podiam intervir nas variáveis macros, que condicionavam as emissões de gases com efeito de estufa. As mais evidentes eram as indústrias que produziam energia elétrica e que representavam uma fatia substancial da emissão dos referidos gases. Quando foi proposto aos munícipes da região, os quais já tinham uma emissão muito baixa de gases, que a reduzissem ainda mais, tal procedimento distorcia, por completo, todos os fatores de sustentabilidade, relativamente àquilo que eram as matérias sobre energia e clima.

Mais disse que a visão era tão enviesada quando atualmente já se falava que regiões como a de Portalegre deveriam ser creditadas pelo facto de não poluírem como outras regiões do país, então o que estavam a querer insinuar era que a mesma não podia ter mais população, mais empregos, mais veículos e consumir mais e, antes pelo contrário, reduzir tudo aquilo em quarenta por cento.

Perguntava-se como teriam chegado àquele percentil, porque o mesmo iria condicionar todo o propósito dos municípios do Alentejo, nos próximos anos e era absolutamente contra a perspetiva de desenvolvimento

Em conclusão, salientou que inventariar-se uma meta, sem se salvaguardar as características sócio económicas dos concelhos do Alentejo era completamente despropositado.-----

Rosário Narciso que era possível haver mais gente no distrito, mas vivendo de forma sustentada. Se calhar em vez de estarem a investir em coisas que tragam pessoas e mais poluição e que fossem mais intensivas, se as pessoas viverem de forma mais sustentada, então teriam mais pessoas e mais desenvolvimento, sem emissões.

Todos poderiam trabalhar para que tal acontecesse, havendo melhores transportes coletivos, etc.

Em conclusão, achava por bem a assinatura daquele pacto, para poder tentar melhorar as emissões.-----

Luís Carvalho disse que o que ali estava em causa era que um terço da responsabilidade das emissões era do setor dos transportes. Portanto, a “batalha” na redução das mesmas ganhar-se-ia nas áreas metropolitanas, com a mobilidade sustentável.

Entedia ser abusivo terem colocado aquele percentil porque, no fundo, estava-se a falar de uma meta a atingir e porque havia um comprometimento do estado português para ampliar as linhas e renovar as frotas.

Portanto, entendia que não se poderia falar de uma redução de quarenta por cento, para um município como o de Portalegre. -----

Hugo Capote disse que, chegados àquele ponto, no mínimo tinham de perceber quem é que tinha proposto o pacto, assim como, quais os municípios que o iam assinar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Salientou que se Portalegre trouxesse mais dez indústrias que cumprissem todos os critérios de emissão de gases de estufa e tratamento de águas residuais, etc., não estariam a reduzir, mas sim a aumentar. Portanto, a assinatura do pacto era contraditória à estratégia a definir para o concelho. -----

A presidente da Câmara entendia que se deveria contribuir para a meta dos quarenta por cento, mas não com quarenta por cento. Cada município concorria de acordo com o que podia ser e tinham de fazer um diagnóstico completo da situação atual.

Efetivamente não conheciam os valores. O estudo tinha de ser feito e, com base no mesmo, marcar a estratégia, mesmo que chegassem à conclusão que não era possível chegar aos quarenta por cento. Como já ali tinha sido referido, o que poluía mais eram os transportes públicos e, naquela componente, teriam de continuar a apostar. Não era de um dia para o outro que se mudavam mentalidades. -----

O presidente da mesa perguntou à presidente da Câmara se o município de Portalegre tinha sido ouvido na elaboração daquele documento, ou se tinha sido apresentado como um documento fechado, ao qual os municípios tinham de aderir. -----

A presidente da câmara disse que o município não tinha sido ouvido. No entanto, olhava para o mesmo como sendo algo que se podia alterar a qualquer momento. -----

O presidente da mesa sublinhou que só podia ser alterado com deliberação de Câmara e da Assembleia Municipal. -----

A presidente da Câmara entendia que somente deliberando é que se poderia efetuar um diagnóstico, perante o qual haveria, posteriormente, um compromisso do município. -----

Rosário Narciso disse que, provavelmente, seria importante assinar o pacto em debate. No entanto, se depois da fase de diagnóstico e do respetivo plano de ação não forem capazes de cumprirem as metas definidas, então dariam o mesmo por encerrado e ficariam a saber qual a contribuição do município.

Entendia que o levantamento de tais dados seria muito importante para o município. ---

João Meira disse que o que estava ali em causa era que a decisão que tomassem comprometia o município. Salientou que depois já não se iriam mais pronunciar sobre o dito plano, porque o que estava na segunda fase era a elaboração do plano no prazo de dois anos, a contar da data da deliberação na Assembleia Municipal. Portanto, a responsabilidade era transferida para o executivo, na medida em que tinham de fazer o levantamento, preparar o plano e executá-lo. Será que teriam condições para tal, sem comprometer o futuro sócio económico do concelho?-----

O presidente da mesa sublinhou que o assunto o deixava muito desconfortável. Além do mais, nem conhecia o responsável técnico pela elaboração daquele documento.-----

A presidente da mesa disse não ter visto a questão pelo mesmo prisma. Contudo, aceitaria a decisão daquela Assembleia. Perante as decisões e argumentações ali



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

colocadas, não teria problema em voltar a deliberar ao contrário, em sede de reunião camarária. No entanto, viu ali a oportunidade de se poder fazer um diagnóstico real e contribuir-se, não para os quarenta por cento, mas dentro das possibilidades do concelho, sem comprometer fosse o que fosse.-----

O presidente da mesa chamou a atenção para o facto de que, por experiência própria, os processos na área do clima, eram sempre processos bastante densos, de muita participação cívica etc. e, perante tal, parecia-lhe extemporâneo colocar em cima da mesa um documento com metas traçadas, de execução discutível. -----

Ricardo Romão perguntou se havia um prazo para aderir àquele pacto? Tendo percebido as cautelas manifestadas pelas bancadas, e sabendo o prazo, eventualmente podia ser dado oportunidade das mesmas colocarem as suas questões, no sentido de esclarecer o que estava em causa.

Via o documento como sendo generalista e vago. De qualquer maneira, era lógico que todos advogavam que se Portalegre conseguisse trocar quatro autocarros a gasóleo por quatro a eletricidade e, em proporção, Lisboa fizesse o mesmo com cerca de quinhentos autocarros, então entrariam naquele tipo de sistema.

No entanto, se não houvesse um prazo para assinar o documento, sugeriu que se pedissem alguns esclarecimentos, de modo a sentirem-se todos mais confortáveis e, posteriormente, dar luz verde à adesão. -----

Hugo Capote solicitou a palavra à mesa para propor a resolução para um problema que lhe parecia passível de acontecer.

Lembrou que iriam ali discutir uma revisão orçamental e uma revisão às grandes opções do plano, sabendo que na revisão estava contida uma nova rubrica com verbas correspondentes que eram plurianuais. No entanto, o ponto que ia dar substância política àquela rubrica era votado a seguir.

A questão que se colocava era: quais as consequências da aprovação à revisão orçamental e do chumbo do ponto que dava substância política à revisão orçamental? Propôs que fosse votado primeiro o ponto oito e depois a revisão orçamental, por se tratar de um dos pontos mais importantes. -----

O presidente da mesa perguntou aos membros se tinham alguma oposição à proposta anterior. Visto não haver, disse que iriam fazer a discussão do ponto seis, sete e oito em conjunto.-----

6 - 3.ª Revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre (orçamento corrigido);

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

7 - 3.ª Revisão às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre (orçamento corrigido);

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

8 - Aquisição de 3 frações, situadas na Avenida das Descobertas, n.ºs 32, 34 e 36, pelo valor de 226.020,00€, à sociedade de construções Beira Rocha, Ld.ª;

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

A presidente da Câmara referiu que naquela terceira revisão o que se pretendia era o reforço para o procedimento na Quinta da Saúde; o reforço para a empreitada da incubadora, cujo concurso não chegou a ser lançado e também a abertura de rubrica para ser lançado o procedimento da requalificação da escola José régio, relativamente ao fibrocimento, e ainda a aquisição de um imóvel situado na Av.ª das Descobertas, nº 32, 34 e 36, pelo valor de duzentos e vinte e seis mil euros.-----

João Meira, a propósito da segunda revisão orçamental já aprovada, a qual previa uma dotação plurianual para a incubadora de quinhentos e doze mil, setecentos e oitenta e oito euros, e também a propósito da empreitada da Quinta da Saúde cerca de quatrocentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e dezanove euros, para o próximo ano, perguntou à presidente da Câmara se se tratava de um reforço. Sublinhou o facto de os valores agora apresentados serem inferiores. Em termos práticos, questionou se a presidente pretendia desafetar despesa, em dois mil e vinte e um, àqueles projetos.--

A presidente da Câmara esclareceu que, relativamente à Quinta da Saúde, tinha sido lançado o procedimento de empreitada mas ficou deserto. Perante o contexto nacional atual, todas as empreitadas estavam a sofrer um aumento substancial, na ordem dos trinta a quarenta por cento. Portanto, havia a necessidade de reforçar a empreitada para ser novamente lançada.

Em relação à incubadora, disse que o valor, na altura da segunda revisão, era uma estimativa, porque quando se concorreu ao PO Regional, foi com um pré projeto. Portanto, só há pouco tempo é que foi terminado o processo, com apuramento de valores diferentes dos inicialmente estimados.

Quanto à compra dos três edifícios, correspondia ao valor tributário proposto.

Por último, a remoção do fibrocimento tratava-se do valor acordado com o Ministério da Educação, em termos do metro quadrado. A obra iria prolongar-se pelo ano de dois mil e um, de modo que era necessário abrir a rubrica, bem como a própria plurianualidade.-----

João Meira salientou que se o que a presidente da Câmara tinha acabado de afirmar estivesse certo, então o documento que os membros tinham agora em análise talvez estivesse incorreto, uma vez que os valores contabilizados no fim não batiam certos.---

A presidente da Câmara disse que tinham de se somar todas as parcelas. O valor da incubadora rondava, aproximadamente, os seiscentos mil euros e, atualmente, era de setecentos e quinze mil, porque se tinha acabado de fazer o projeto de arquitetura e de especialidades, tendo-se apurado o valor correto da mesma.

Concluiu, salientado que os preços da construção estavam a disparar a nível nacional, devido a diversos fatores, como a falta de recursos humanos e as dificuldades inerentes à pandemia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

João Meira perguntou se o executivo estava a fazer um reforço de cerca de duzentos e quatro mil euros para a Quinta da Saúde e outro de duzentos e vinte e três mil para a incubadora. Perguntou, inclusive, se a candidatura aprovada já contemplava aqueles mesmos reforços.

Por último, relativamente ao assumir da responsabilidade financeira daqueles reforços, questionou se seria assegurada pelo orçamento camarário.-----

A presidente da Câmara respondeu afirmativamente, exceto no caso da incubadora, a qual poderia ir a overbooking.-----

João Meira perguntou à presidente da autarquia se a mesma estaria em condições de garantir que haveria capacidade de fazer face aos reforços em causa, ou se anteciparia, ali, a necessidade de recorrer à banca?-----

A presidente da Câmara respondeu que não iria recorrer à banca, para fazer face àquele valor.-----

Hugo Capote disse que a gestão daquela Câmara Municipal era de tal forma sui generis, que os levou a estarem ali, a aprovar, ou não, uma revisão orçamental, em que já estava inscrita uma alteração, à mesma, para a próxima reunião do executivo.

Portanto, para tentar ilustrar tamanha incapacidade de gerir avulso, à vista e sem estratégia, aquele exemplo era elucidativo.

Sublinhou que, para aquele tipo de gestão, a presidente não contaria com a CDU, pois não iriam aprovar aquela revisão orçamental. Além do facto de estarem já perto do mês de outubro, o mês em que a lei previa que as autarquias aprovassem o orçamento e, no mês seguinte fosse presente à Assembleia, para ser discutido. Como era do conhecimento, não tinha havido quaisquer conversas ou negociações para elaboração do orçamento, apesar de a CDU assim ter sugerido.

Concluiu, referindo que a autarca podia contar com a CDU para a inscrição da verba, nas rubricas, no próximo orçamento, do fibrocimento e da Quinta da Saúde. Contudo não contaria com a CDU na criação da terceira incubadora de empresas.

Quanto à questão da aquisição das frações, disse à presidente da Câmara que deveria ter informado a Assembleia Municipal a propósito da finalidade daquela aquisição. Entendia que não tinha sido salutar a informação da Câmara para se adquirirem três imóveis, sem dizer para que eram. O problema vinha já do acordo criado em dois mil e cinco, assinado entre a Câmara e a COOPOR, o qual extravasou todas as competências e todas as capacidades que a Câmara Municipal de Portalegre tinha. Obviamente que a autarquia ao adquirir o imóvel onde tinha arrendatários, ficaria com o ónus para si e teria que fazer algo aos mesmos.

A um deles, que era a Fábrica de Tapeçarias, a Câmara arranjou um edifício no Espaço Robinson; o outro era a Emivete, com a qual não assinaram nada e, por último, a Coopor, com quem a autarquia fez um contrato, em que dizia que alojaria a firma, num determinado local da cidade. Seria como uma espécie de compensação ao arrendatário. Contudo, não percebia como é que o acordo foi feito sem qualquer limite de tempo, ou melhor, para sempre. Sublinhou que os elementos jurídicos para a lei dos solos e o regime de arrendamento urbano previam que se pagasse uma indemnização, que não ultrapassasse dez vezes a renda anual que o arrendatário



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pagava. Portanto, se a COOPOR pagava, na altura cento e sessenta e seis euros, pagaria cerca de mil e oitocentos euros por ano, o que, multiplicando por dez vezes, daria cerca de dezoito a vinte mil euros. Perguntou à presidente se tinha presente quanto é que a Câmara já tinha pago de rendas, à custa do referido acordo, desde dois mil e cinco? Aproximadamente duzentos e quarenta e quatro mil euros. Como se não bastasse, a autarca tinha ido ali propor que se somasse ainda duzentos e vinte e seis mil euros àquele gasto. Resumindo, disse que a autarquia, o erário público, iam passar cerca de quatrocentos e cinquenta mil euros para uma empresa privada.

Tinha que haver limites tabelados, sem ficarem ao livre arbítrio.

Perguntou à presidente da Câmara Municipal se, efetivamente, tinha trocado emails com o presidente da direção da Coopor e se, não só reconhecia o acordo, como estaria disposta a prolongá-lo indefinidamente. A manutenção daquele acordo era claramente lesivo do interesse do município e deveria ser denunciado ao tribunal.

Por último, questionou porque é que a Câmara pretendia adquirir três garagens, para uso comercial, se nem serviriam para alojar definitivamente a Coopor? -----

A presidente da Câmara disse que aquele era um assunto complexo e não tinha sido fácil de resolver. Lembrou que o protocolo tinha sido assinado em dois mil e cinco e vinculou a Câmara quanto àquela questão, embora estivesse a ser acompanhado pelo advogado. A autarquia pretendia resolver, de imediato, a situação do investidor que pretendia ali apostar. Portanto, o que estava a ter lugar era uma venda resolúvel, em que a Câmara Municipal, para não deixar passar em vão o dinheiro, adquira o imóvel e fique como património municipal.

Portanto, a Câmara tinha intenção de negociar posteriormente, consoante os termos a definir. -----

João Meira disse que a aquisição em causa, além de estar estava envolta em questões jurídicas, havia questões práticas que teriam de ser colocadas. Questionou a autarca se a mesma tinha equacionado outras alternativas para instalação da Coopor em instalações camarárias, que tivessem as condições estruturais, a título temporário. Também se tinha estudado o mercado imobiliário para encontrar alternativas menos penosas para o município. -----

A presidente da Câmara respondeu que, já desde dois mil e doze, reuniam com a Coopor, tendo sido apresentadas várias alternativas. De acordo com o que estava plasmado naquele protocolo, nenhuma das alternativas não tinha ido de encontro às expetativas da cooperativa. Havia, inclusive, um historial da seção de património do município, em que foi tudo colocado em cima da mesa.

Sublinhou que no referido protocolo, assinado desde dois mil e cinco, estava indicada uma área de, aproximadamente, seiscentos metros quadrados, coberta e trezentos de logradouro e no centro da cidade. -----

Joaquim Barbas perguntou quanto é que a Coopor ficaria a pagar pela renda? Sendo um novo espaço, a renda não se alterava? Lembrou o facto de a Coopor ter instalações na zona industrial e que poderiam construir algo, ficando as instalações todas juntas, resolvendo melhor o problema. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara recordou que apenas estavam ali a discutir a aquisição do imóvel. A presidente referiu que a questão de fazer ao lado do lagar também já tinha sido colocada, mas não foi aceite pela Coopor. -----

Hugo Capote salientou que se desde dois mil e doze a autarquia já tinha reunido várias vezes com a Coopor, porque é que só agora a presidente tinha dito que, após a aquisição de três garagens, e gasto mais de duzentos e vinte e seis mil euros, teriam de arranjar à Coopor outro sítio, na cidade. Foi necessário demorar oito anos à procura e a fazer propostas?

Recordou que havia um mail da presidente da autarquia para o presidente da Coopor, no qual a presidente disse que teriam de mudar de sítio e ao que o presidente respondeu que tinha concordado com a nova localização, desde que não se alterasse nenhuma cláusula do acordo, continuando a pagar os cento e sessenta e seis euros mensais.

Portanto, a única forma que a presidente tinha de resolver aquele problema seria quebrar o acordo e ir para tribunal. O que a Câmara já tinha pago à cooperativa era mais do que indemnizatório.

Perguntou porque é que à Coopor interessavam três garagens, no centro da cidade, com cerca de duzentos metros quadrados, quando o acordo dizia seiscentos?

Na informação entregue aos elementos daquela Assembleia, ia uma avaliação de cento e setenta e seis mil euros. Apesar de não ser a avaliação patrimonial, salientou que a presidente fez saber mais tarde que havia três artigos diferentes, em três prédios diferentes, somando duzentos e vinte e seis mil euros.

Perguntou à autarca se sabia o que é que aconteceria mais tarde se a Câmara pretendesse unificar os artigos? Todos condóminos dos prédios teriam de concordar com a unificação. Supostamente, interessava à Coopor unir os espaços. -----

A presidente da Câmara disse que a Coopor não teria que unificar as áreas, pois as mesmas eram contíguas. -----

O presidente da mesa disse haver ali duas questões que tinham de ser resolvidas: a primeira era a libertação do espaço que a Câmara ocupava e resolver o contrato de arrendamento porque, para além do interesse do município, seria também interesse do proprietário que aquele espaço fosse libertado para que o promotor pudesse, quanto antes, fazer investimento; em segundo lugar, disse que era preciso discutirem o protocolo inicialmente assinado, o qual era lesivo dos interesses do município.

Portanto, tinha de se ponderar as questões legais, pois alguns países tinham condenações por ajudarem empresas. Era proibido.

Mais referiu que os próximos pontos nove, dez, onze e doze, referentes às taxas municipais, seriam discutidos em conjunto. -----

9 - Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) para o ano de 2021;

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A presidente da Câmara, relativamente àquela taxa, a proposta do executivo era que se mantivessem os valores deliberados no ano passado (0.25%). -----

10 - Derrama a cobrar no ano 2021;

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

A presidente da Câmara, relativamente à derrama, disse que se manteria sem ser aplicada. -----

11 - Fixação do percentual da participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) para 2021;

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

A presidente da Câmara, quanto à fixação do IRS, disse que seria fixado em três, setenta e cinco por cento. -----

12 - Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

A presidente da Câmara, relativamente ao IMI, referiu que também se mantinha igual ao aplicado no ano passado (0.4%). -----

João Meira, em relação à taxa de IRS, disse que na ata da reunião de Câmara deu a entender que tinham sido propostos pelos vereadores da CDU e do PSD os três, setenta e cinco percentuais e rejeitados. Pediu esclarecimento. -----

A presidente disse que os valores indicados no quadro eram referentes a dois mil e dezanove. Mais disse que a proposta A era manter e a proposta B era referente aos três e meio por cento. -----

João Meira sublinhou que era através da tributação de impostos que se conquistava a redistribuição de rendimentos e, claramente, a justiça social e a equidade.

Todavia, as circunstâncias pelas quais o PS negociou aquela taxa de três, setenta e cinco, há um ano, eram manifestamente diferentes das que se viviam atualmente.

Obviamente que as condições sócio económicas que se enfrentavam, bem como a forma pouco promovida como a Câmara Municipal de Portalegre respondeu às consequências da pandemia, faziam crer que era necessário assegurar todos os mecanismos possíveis para garantir rendimentos, assegurar consumos e recuperar economicamente. Portanto, o PS entendia ser preciso, a médio e longo prazo, reporem-se rendimentos e garantir que não haverá quebra dos mesmos, tendo inclusive de existir um meio de compensação, também pela via da componente variável do IRS.

O seu grupo municipal propunha, pois, que houvesse uma alternativa e se a presidente do executivo estaria disposta a submeter novamente o ponto à reunião de Câmara, para uma taxa de três e meio por cento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Salientou que a autarquia ia chegar ao fim de um exercício orçamental com despesa que não tinha sido executada e era expectável um excedente de cerca de dois milhões de euros. -----

Hugo Capote disse ter uma dúvida em relação à taxa de direitos de passagem, na parte em que não sabia quem é que pagava aquela taxa ao município, eram as empresas que usufruíam do direito de passagem nas infraestruturas de comunicação? Ou eram os clientes daquelas empresas, através das faturas mensais?

Na sua opinião, o serviço prestado por aquelas empresas, no concelho de Portalegre, não justificava, minimamente, que os portalegrenses pagassem a taxa máxima de direitos de passagem e de transmissão, pois o serviço não era adequado. Se as empresas estavam a refletir nos clientes o custo daquela taxa municipal, todos deveriam exigir que o serviço fosse mais bem prestado, já que havia várias zonas do concelho com condições péssimas de rede de comunicações.

Quanto ao IMI, perguntou à presidente da Câmara qual a estratégia, visto que a Câmara Municipal, no seu exercício orçamental, iria ter uma grande folga, como por exemplo no pagamento das refeições escolares desde o início de março. A liquidez financeira que dali advinha tinha de ir para algum lado. No entanto, o que lhe parecia óbvio era que, estando os portalegrenses a sustentar taxas de IMI máximas no concelho, pudesse haver um alívio naquele imposto. O alívio não seria para quem tinha prédios devolutos em áreas nobres da cidade, mas sim para quem tinha habitação própria, em zonas reabilitadas.

Lembrou que a CDU defendia há muito que, uma vez que a Câmara de Portalegre gastava dinheiro em infraestruturas para as empresas, também devia caber às mesmas uma parte da sua colaboração e solidariedade para com o concelho, pagando alguma derrama. -----

A presidente da Câmara disse que a questão da manutenção daquelas taxas tinha a ver com um conjunto de investimentos que tinham programados para o município. Sublinhou haver alguma preocupação com a expansão da zona industrial, porque se todos queriam que houvesse mais empresas e emprego era preciso expandir a zona, não só porque permitiria colocar mais infraestruturas, mas também porque resultará em mais lotes de terreno. Referiu que tal investimento importava em mais de três milhões e meio de euros. A Câmara Municipal assumiu outros empreendimentos, apesar de não serem da sua competência, mas que iriam onerar o município.

Quanto ao IMI ou até mesmo o IRS, salientou que qualquer presidente gostaria de poder colocar os mesmos na taxa mínima. Contudo, cabia-lhe o equilíbrio das contas da Câmara, como os investimentos em curso, bem como a significativa dívida ainda existente (dezassete milhões), e ainda os investimentos previstos que se irão arrastar até dois mil e vinte e dois. Portanto, o IMI que estava a ser deliberado só irá ter reflexos em dois mil e vinte e dois. Sublinhou que para aliviar financeiramente os portalegrenses o que era preciso era haver emprego.

Gostaria que todos pagassem IRS pois era sinónimo que estavam a viver bem. Mas, infelizmente, havia uma grande parte que não pagava.

Acrescentou que, em relação à derrama. Referiu que o maior contributo que as empresas poderiam dar ao território de Portalegre era a criação de emprego. Logo, se havia algo que nos diferenciava dos outros concelhos com melhores infraestruturas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

seria o facto de não pagarem a derrama e poderem apostar na zona e criarem mais postos de trabalho.

Portanto, a estratégia era aquela e cabia à Assembleia Municipal decidir.

Por último, relativamente ao excedente anteriormente referido, disse que era preciso cautela, porque apesar de não ter havido gastos habituais com as refeições e transportes, a Câmara pagou testes de Covid-19 e equipamentos em colaboração com a CIMAA. Os SMAT também não tiveram as receitas estimadas ou estipuladas e sendo uma empresa municipal, era o município que tinha a responsabilidade de meio milhão de prejuízo, de receita que não estava a entrar. -----

Hugo Capote solicitou aos serviços administrativos da Assembleia que requeressem junto da presidente da Câmara prova do pagamento de testes e que a fizessem chegar ao seu grupo municipal.

Quanto aos SMAT, sublinhou que o fator deficitário eram os transportes. Portanto, quanto menos se fizessem, menos deficitários seriam.

Contudo, a presidente tinha acautelado aquele facto e aumentou a água aos portalegrenses, no pior ano possível. -----

João Meira disse que a presidente da Câmara estava a fazer “jogos de cintura” orçamentais. Não se podia comparar a despesa que não se tinha executado com a que se teve, supostamente, com o Covid-19. Era claro que iria haver excedente orçamental. Seria idêntico em todas as Câmaras do país.

Portanto, o PS mantinha a proposta anterior e queria saber se a presidente da autarquia estaria disposta a reduzir a componente variável para três e meio por cento.-

Marco Antunes lembrou que o vereador do PSD, na reunião de Câmara, de forma ponderada, tinha proposto os três e meio por cento, na taxa de IRS, e os zero, trinta e cinco no IMI. Folgou saber que as restantes bancadas, com exceção da CLIP, estavam na disposição de aprovar aquelas taxas. Iriam votar em conformidade, já que as taxas propostas não foram as apresentadas pelo PSD. -----

A presidente da Câmara disse que restava à Assembleia deliberar e votar.-----

João Meira, relativamente à questão da tributação, disse que, uma vez mais, a listagem dos imóveis devolutos apenas diziam respeito às freguesias da Sé e São Lourenço. Recordou ali que tinham havido propostas retiradas, daquele mesmo ponto, nos dois anos anteriores, por as listagens não estarem completas.-----

A presidente da Câmara disse que era exatamente o contrário: foram entregues as da Sé e S. Lourenço e Alegrete porque estavam dentro da ARU. As outras nem eram majoradas. -----

13 – Nomeação do auditor externo para certificação legal de contas – biénio 2020/2021.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa, relativamente àquela questão, disse existirem duas propostas para serem votadas:

A – Rosário Graça e associados, SROC Ld.^a (dezasseis mil e oitocentos euros);-----

B – Marques Cruz e associados, SROC Ld.^a (dezasseis mil euros). -----

Referiu que se tratava de uma adjudicação e questionou se o plenário da Assembleia Municipal requeria o voto secreto em urna ou dispensava aquela metodologia?

Não tendo havido pedidos de inscrição para uso da palavra, seria deliberado em conformidade, no período de votações. -----

14 – Fornecimento de gasóleo a granel para as Oficinas Municipais – Repartição de encargos plurianual.

Não houve intervenções. -----

João Meira solicitou à mesa cinco minutos de interrupção dos trabalhos. -----

O presidente da mesa concedeu o tempo pretendido. -----

A presidente da Câmara, relativamente ao pacto dos autarcas, disse que perante as argumentações anteriores, solicitou que fosse retirado o ponto, se assim fosse entendido por todos. -----

O presidente da mesa concordou. -----

Foram retomados os trabalhos. -----

Votos de pesar - Renato Gil Botelho Miranda e José Garraio Afonso - (CDU):

“Faleceram recentemente em Elvas e em Portalegre, dois Portalegrenses de adoção, dois militares de Abril.

A 7 de Agosto o coronel Renato Gil Botelho Miranda, nascido em Ponta Delgada, Açores e a 18 de Agosto o sargento-mor José Garraio Afonso, natural de S. Salvador da Aramenha, Marvão.

O primeiro era na altura do 25 de Abril Tenente Coronel e o comandante do Batalhão de Caçadores nº 1. O segundo, então primeiro sargento também no BC1.

Militares de Abril assumiram de imediato a sua adesão ao Movimento dos Capitães tendo assumido a responsabilidade quer da detenção das estruturas da PIDE/DGS de Portalegre e de Galegos, quer o garantir da defesa das nossas fronteiras face a uma possível entrada de militares franquistas.

Já reformados mantiveram-se em Portalegre junto das respetivas famílias e amigos.

A Assembleia Municipal de Portalegre reunida a 28 de setembro de 2010 presta a sua homenagem a estes dois homens bons e apresenta aos seus familiares as mais sentidas condolências.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Voto de pesar - Hugo Conchinha - (Luís Testa):

“Um rapaz da minha criação, quarenta e dois anos, quatro dias mais novo do que eu. Todos aqueles que éramos da sua idade, uns mais próximos do que outros, vivemos com angústia o seu definhar lento, a braços com uma doença incapacitante e que o toldava todos os dias um bocadinho mais.

Não é fácil ver desaparecer pessoas tão novas e pessoas que não conseguem lutar contra uma doença, porque ela própria é maior do que todos aqueles que são atacados por ela.

Nesse sentido e perante também as manifestações que todos pudemos testemunhar ao longo dos últimos dias nas redes sociais e nos órgãos de comunicação social, pessoalmente, junto da família, não ficaria bem com a minha consciência se não partilhasse convosco aquilo que, sendo também uma dor pessoal, julgo ser a interpretação da dor coletiva da cidade de Portalegre e, em especial, do Bairro do Atalaião.”

De seguida, foi proposto um minuto de silêncio.

Voto de pesar - Prof. Eduardo de Sousa Lima – (CLIP):

“Faleceu no passado dia 14 de agosto o professor Eduardo de Sousa Lima, carinhosamente conhecido por todos os portalegrenses como “professor Du”.

Tendo nascido na ilha de S. Vicente – Cabo Verde, foi em Portalegre que concluiu o curso de professores do ensino básico. Toda a sua formação profissional e desportiva foi frequentada entre as cidades de Lisboa, Porto e Portalegre.

Ao longo dos muitos anos que viveu em Portalegre, sempre conjugou a atividade desportiva com a atividade profissional de professor. Enquanto professor de educação física trabalhou em quase todas as escolas do concelho e ainda no Magistério Primário e no Seminário Maior da Diocese de Portalegre e Castelo Branco.

Para além da sua atividade como treinador e formador de voleibol e de futebol, foi na natação que desempenhou um papel de especial relevância, assumindo também cargos de relevo como o de diretor desportivo do Grupo Desportivo Portalegrense e delegado da Direção Geral dos Desportos do distrito de Portalegre, tornando-se numa figura incontornável de Portalegre e um ícone do desporto dos portalegrenses.

A Assembleia Municipal de Portalegre, na sua reunião de 28 de setembro de 2020, presta a sua homenagem a este Homem, que ao longo da sua vida se destacou pelas suas qualidades profissionais e humanas e apresenta aos seus familiares as mais sentidas condolências.”

DELIBERAÇÕES:

Moção - Repor as freguesias extintas – um imperativo democrático – (PCP/PEV)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e da CLIP e com os votos favoráveis do PCP/PEV e do PSD, rejeitar a moção.-----

Moção – Salva-guardar o património da Fábrica Robinson (PCP/PEV)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS, do PCP/PEV e do PSD e com os votos contra da CLIP, aprovar a moção. -----

2 – Ata n.º 25, relativa à reunião ordinária realizada em 26 de junho de 2020;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com sete abstenções dos que não estiveram presentes, aprovar a ata. ----

3 – Repartição de despesas em mais de um ano económico;

- Deliberação da CMP de 15.07.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

4 – Anulação da deliberação de aquisição do imóvel da Fundação Robinson de 23.10.2019;

- Deliberação da CMP de 22.07.2020 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

5 – Pacto de autarcas para o Clima e Energia – EUROPA;

- Deliberação da CMP de 19.08.2020 -

Este ponto foi retirado.-----

6 - 3.ª Revisão ao orçamento da Câmara Municipal de Portalegre (orçamento corrigido);

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS e da CLIP e os votos contra do PSD e do PCP/PEV, aprovar o ponto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

7 - 3.ª Revisão às grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre (orçamento corrigido):

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS e da CLIP e os votos contra do PSD e do PCP/PEV, aprovar o ponto.-----

8 - Aquisição de 3 frações, situadas na Avenida das Descobertas, n.ºs 32, 34 e 36, pelo valor de 226.020,00€, à sociedade de construções Beira Rocha, Ld.ª;

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da CLIP, a abstenção do PS e os votos contra do PSD e do PCP/PEV, aprovar o ponto. -----

Declaração de voto – PCP/PEV (Hugo Capote)

“Quem assistiu à última Assembleia Municipal de Portalegre que decorreu no passado dia 28 de Setembro, compreenderia porque é que Portalegre se encontra num caminho de progressivo definhamento económico e social. A somar à incompetência da gestão autárquica de Adelaide Teixeira e da CLIP que conseguem apresentar uma terceira revisão orçamental nesta Assembleia Municipal e uma nova revisão, a quarta, na reunião de Câmara, dois dias depois (!), quando devia estar já a negociar o orçamento que não quer apresentar, temos agora a falta de seriedade e a dissimulação com que o PS se apresenta nos órgãos autárquicos de Portalegre, viabilizando esta governação de faz de conta, com tudo o que significa de prejuízo para Portalegre e os portalegrenses. Esta atitude que já vem sendo denunciada pela CDU há vários meses, teve o seu ponto alto na última Assembleia. Fazendo parte da ordem de trabalhos a aquisição de 3 imóveis por parte da Câmara com o objetivo de realojar a empresa COOPOR, ao abrigo de um acordo celebrado por Mata Cáceres em 2005, a CDU denunciou um conjunto de ilegalidades que contribuem há 16 anos para o delapidar do orçamento municipal à custa do favorecimento de uma entidade privada, Apresentámos suficiente argumentação jurídica e financeira que justificasse a resolução daquele acordo, que já custou aos cofres camarários mais de 240 000 euros em rendas e a que Adelaide Teixeira e a CLIP se propunham agora adicionar 226 000 euros na aquisição daqueles 3 imóveis, mantendo-se a COOPOR a pagar os mesmos 166 euros de renda mensal que paga desde 2005 e que irá continuar a pagar.... indefinidamente! A resolução do acordo proposta pela CDU, permitiria à CMP poupar esta despesa que não é prioritária nem se justifica no atual estado social, económico e de carências em que os portalegrenses se encontram, mas também permitiria ao investidor imobiliário, dono do imóvel onde hoje se encontra a COOPOR a expensas da CMP, avançar com o investimento a que se propõe e que tem estado bloqueado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

pela situação existente. Durante a discussão do ponto ninguém discordou que o acordo tem de ser resolvido e que já provocou, e continua a provocar, graves danos ao município, não sendo apresentada nenhuma proposta alternativa. Fomos inclusivamente informados que desde 2012, já com a atual Presidente, a Câmara tem mantido este acordo em vigor, apesar da sua duvidosa legalidade e opacidade do processo, lesiva do interesse público. Foi com surpresa que na votação do ponto o PS se absteve, viabilizando a continuidade da situação, tornando-se cúmplice do processo, o que somado aos votos favoráveis de toda a bancada CLIP permitiu viabilizar a aquisição dos imóveis, sufragando um acordo que todos assumiram ser lesivo para o município e ajudando a descredibilizar ainda mais os órgãos de gestão democrática, alvos de todos os populismos e pressões dos interesses. Pelo contrário, o PSD votou contra, juntando os seus votos à CDU, mas infelizmente não suficientes para impedir a gravidade do que ficou aprovado. No entanto, a força dos votos não se pode sobrepor ao imperativo da defesa do interesse público, no respeito pela legalidade, pelo que a CDU procederá em conformidade, em relação a este assunto. Aos portalegrenses caberá ser também juiz quando, daqui a um ano, nas próximas eleições autárquicas, forem chamados a votar e puderem acabar com a atual coligação CLIP/PS que governa o concelho de Portalegre.

A CDU, para além da declaração de voto não se inibirá de retirar todas as consequências jurídicas e legais desta decisão.”

9 - Fixação da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) para o ano de 2021;

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e os restantes votos a favor, aprovar o ponto. -----

10 - Derrama a cobrar no ano 2021;

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PCP/PEV e os restantes votos a favor, aprovar o ponto. -----

11 - Fixação do percentual da participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) para 2021;

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis da CLIP, a abstenção do PS e os votos contra do PCP/PEV e PSD, aprovar o ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Declaração de voto – PS (João Meira)

“O grupo municipal do PS, fundamentou, do ponto de vista social e sócio económico, a necessidade de redução do percentual da participação variável no IRS em dois mil e vinte e um, de três setenta e cinco para três e meio.

Todavia, e mediante rejeição da senhora presidente da Câmara Municipal de Portalegre, que apenas se limitou a apelar ao voto dos eleitos da Assembleia Municipal, antecipamos alguma tentativa de não fixação deste percentual, ficando o município e os portalegrenses ainda mais lesados com a fixação, por força da lei, de cinco por cento.

Nesse sentido, a nossa abstenção.”

12 - Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI).

- Deliberação da CMP de 16.09.2020 -

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos favoráveis do PS e da CLIP e os votos contra do PCP/PEV e PSD, aprovar o ponto. -----

13 – Nomeação do auditor externo para certificação legal de contas – biénio 2020/2021.

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, após votação em alternativa, das hipóteses apresentadas: **A** - Rosário Graça e associados, SROC Ld.^a (dezasseis mil e oitocentos euros) e **B** – Marques Cruz e associados, SROC Ld.^a (dezasseis mil euros), por unanimidade, adjudicar o serviço de certificação legal de contas e auditoria à hipótese **B** - Marques Cruz e associados, SROC Ld.^a. -----

14 – Fornecimento de gasóleo a granel para as Oficinas Municipais – Repartição de encargos plurianual.

Deliberação: a tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. ---

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FALTAS: A Assembleia Municipal de Portalegre deliberou, por unanimidade, marcar falta ao membro Henrique Santinho. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 15.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, era 01H00, do dia 29 de setembro do ano de dois mil e dezanove e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)